

Maioria aprova na Câmara projeto de nomeação de diretor

Davi Zocoli

18 SET 1990

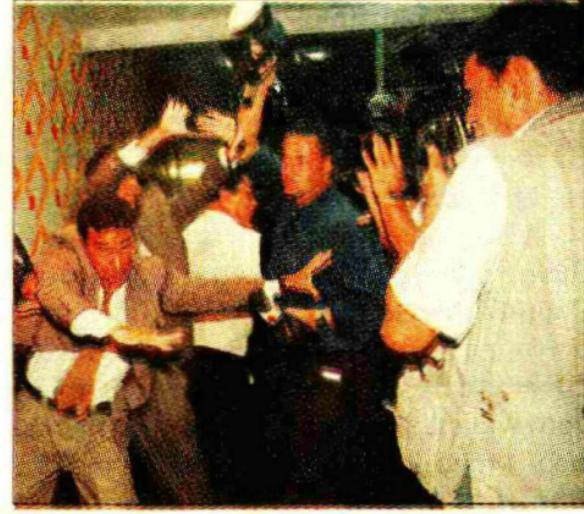
Foi em vão a insatisfação de professores e sindicalistas que, na noite de anteontem, invadiram o plenário da Câmara Legislativa para tentar impedir a aprovação do projeto de lei 742 - de autoria do governador Joaquim Roriz -, que propõe o fim de eleições diretas para a escolha da direção das escolas da rede pública.

Depois do confronto e agressões envolvendo os seguranças da casa, professores, integrantes da diretoria do Sindicato dos Professores (Sinpro), jornalistas e até alguns deputados, a sessão foi reaberta e o projeto aprovado, já na madrugada de ontem. A decisão coloca nas mãos do governador o poder para escolher os diretores e vice-diretores das escolas públicas.

Antes do projeto ser levado à apreciação, nove parlamentares contrários à proposta se retiraram da Câmara em protesto. Mas a base governista não teve problemas de quórum e aprovou o fim das eleições diretas nas escolas com 15 votos favoráveis. Ontem, o clima era de indignação entre os deputados da oposição e professores.

Com a aprovação do projeto do executivo, a partir de agora os cargos em comissão de diretor das unidades escolares serão preenchidos pelo governador. Serão escolhidos a partir de uma lista tríplice, encaminhada pela secretaria de Educação. O processo seletivo contará com prova escrita, análise de currículo e da proposta pedagógica que será apresentada apenas pelos três candidatos da lista tríplice.

"Na prática, o governador está partidarizando a direção das escolas. Escolherá somente quem for de seu interesse. Um perda irreparável à democracia das escolas públicas", reclamou Marcos Pato, diri-



Seguranças agredem jornalistas

gente do Sinpro. A bancada de oposição ao governo na Câmara vai pedir na Justiça a constitucionalidade do projeto. Os deputados da base governista retrucam que a escolha de diretores por eleição direta é uma "falsa democracia", porque ganha a eleição quem consegue cabalar votos e não quem tem mais competência para exercer a função.

Os distritais petistas Chico Floresta e Maria da Conceição Maninha, que foram agredidos por seguranças da Câmara quando tentavam acalmar os ânimos da platéia na entrada das galerias, não esfriaram a repercussão negativa das agressões. Entraram com pedido de sindicância administrativa contra os funcionários envolvidos, que pode culminar em advertência e suspensão.

"Foi uma covardia o que fizeram com a gente. É um absurdo precisar recorrer a força física para impedir as manifestações contrárias a posição do governo", sentenciou Chico Floresta. O vice-presidente da Câmara Gim Argelo (PFL), garantiu que o caso será apurado.

Os repórteres fotográficos Davi Zocoli (Jornal de Brasília) e Jefferson Ruddy (Correio Braziliense), que também foram atacados pelos seguranças e tiveram parte de seus equipamentos danificados, fizeram exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML) para fundamentar a queixa crime contra os agressores.